



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Ofício - 9/2022 - OF/PRM/IUA/WMA

Uberlândia, 11 de janeiro de 2022.

A Sua Senhoria o Senhor

FABRICIO FERREIRA DE OLIVEIRA

Rua Ary Arantes Cintra 111- Residencial Jardim Estados Unidos

38307-194-ITUIUTABA/ MG

fabricioferreira9684@gmail.com

Ref.: Procedimento n. 1.22.026.000002/2022-10 (Favor mencionar este número na resposta)

Senhor,

Cumprimentando-o, de ordem do Procurador da República em Ituiutaba, encaminho a Vossa Senhoria o despacho em anexo para ciência. Ressalto que a resposta e demais documentos pertinentes podem ser enviados pelo site <http://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/ouvidoria/app/cidadao/manifestacao/cadastro/2>, devendo mencionar o número deste ofício e do expediente em referência.

Sem mais para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

FLAVIA CRISTINA SANT ANNA DE MELO

ASSISTENTE NÍVEL II

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG	Rua São Paulo, Nº 35, Tibery - CEP 38405025 - Uberlândia- MG Telefone: (34)32186900
--	---	---



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Referência: PRM-IUA-MG-00000004/2022

DESPACHO

Cuida-se de manifestação **sigilosa** oriunda da Sala de Atendimento ao Cidadão, dando conta da existência do esquema de "*rachadinha*" no gabinete do Deputado Federal **André Janones**.

De acordo com o Denunciante, ex-assessor parlamentar do deputado repassava parte de seus vencimentos ao parlamentar.

Para comprovar o alegado, o denunciante juntou à representação áudio em que o assessor *supostamente* confessaria o crime.

É o relatório.

Uma vez que o representante atribui condutas supostamente ilícitas a Deputado Federal, a teor do que dispõe o art. 102, I, "b", da Constituição Federal, c.c art. 46, Caput, da Lei Complementar n. 75/93, a apreciação do caso compete à Procuradoria-Geral da República.

Ante ao exposto, determino:

- (a) a **instauração** de Notícia de Fato, de caráter sigiloso, vinculada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.
- (b) após, o encaminhamento dos autos à **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**, **por declínio de atribuição**, com fundamento no art. 2º, §3º, da Resolução nº. 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Uberlândia, 10 de janeiro de 2022.

WESLEY MIRANDA ALVES
PROCURADOR DA REPÚBLICA